

Completar a independência, romper com o subdesenvolvimento

Achieving complete independence by breaking the cycle of underdevelopment

► DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2022.164.001>

A revista *Princípios* apresenta, em sua edição nº 164, o dossiê temático **Brasil: 200 anos de uma independência incompleta**. Organizado pelos professores doutores Diorge Alceno Konrad (PPGH-UFSM) e Nilson Weisheimer (PPGCS-UFRB), esta edição alusiva ao bicentenário da Independência do Brasil busca trazer contribuições originais de diferentes áreas do conhecimento, com análises críticas do processo de gênese e desenvolvimento das lutas pela independência nacional — no contexto de profundas transformações globais —, contemplando ainda a trajetória de construção de uma nação soberana que manteve unificado um território de dimensões continentais, com desdobramentos econômicos, políticos e sociais até a atualidade.

Quando, em 1822, o Brasil conquista sua independência política e surge como nação formalmente soberana, emerge um país repleto de contradições. Em perspectiva histórica, podemos constatar que diversos fatores, externos e internos, colaboraram para a construção do processo independentista.

Esse processo inclui a trajetória de lutas e revoltas que marcam o período colonial, com destaque para as chamadas revoltas nativistas, como as de Beckman (1684), Emboabas (1708-1709) e Mascates (1710-1711), passando pela Inconfidência Mineira (1789) e pela Conjuração Baiana (1798-1799), assim como pela Revolução Pernambucana (1817). O movimento de independência foi também, em grande medida, condicionado pelo estabelecimento da monarquia portuguesa em terras brasileiras. Como já defendeu Lilia Moritz Schwarcz, o enraizamento da monarquia lusitana em terras tropicais e o prolongamento da Corte no Brasil, a partir de 1808, bem como o papel assumido pelo novo Reino Unido, condicionaram todo o movimento de Independência¹.

Antes disso, com o advento da Revolução Industrial e o capitalismo já então dominante na Europa, as burguesias começavam a disputar mercados entre si. Essa disputa ocorre especialmente entre aqueles países que consolidavam suas revoluções burguesas, como França e Inglaterra. Com a decretação do bloqueio continental pela primeira, Portugal foi pressionado a somar-se à medida. Porém, a dependência econômica dos portugueses para com a Inglaterra, iniciada após o fim da União Ibérica e consolidada pelo Tratado de Methuen (tecidos e vinhos), levou à invasão francesa e à consequente transferência das Cortes de Lisboa para o Brasil, em 1808, resultando na criação do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves e nos tratados econômicos de

¹ SCHWARCZ, Lilia M. **Crise colonial e Independência (1808-1830)**. São Paulo: Fundação Mapfré; Objetiva, 2010. p. 14. (Coleção História do Brasil Nação: 1808-2010, v. 1)4.

1810, amplamente favoráveis aos britânicos, que passariam a dominar de fato o país entre o final do Brasil Colônia e o início do Império².

Não é difícil imaginar como era pesada para a colônia esse domínio de uma metrópole empobrecida e de poucos recursos econômicos. Protegido pelo monopólio comercial, Portugal via-se na condição de impor à colônia as mais drásticas medidas restritivas. Os portugueses tinham chegado ao limite de sua capacidade colonizadora, de forma que o regime colonial representava um obstáculo intolerável ao desenvolvimento do país. No interior de uma colônia escravocrata, a crise do antigo sistema colonial atingiu o núcleo político de dominação portuguesa sobre o Brasil, com desdobramentos para a metrópole na Revolução Liberal do Porto (1820), aprofundando as contradições entre os que lutavam por uma Nação livre e soberana e aqueles que defendiam as Cortes Portuguesas no exílio³.

Esse processo levou ao Sete de setembro de 1822 sem pôr fim, de imediato, às guerras de independência e, muito menos, às revoltas populares e antiescravistas, como a Confederação do Equador de 1824 e todas as que se seguiram, a partir do fim do governo de d. Pedro I. O Brasil independente, como exceção monárquica diante de outras nações sul-americanas, iniciou-se como país escravocrata, no qual os grandes senhores de escravos compuseram o poder político local e nacional. Essas elites introduziram concepções liberais conservadoras nas instituições, consolidadas pela Constituição outorgada de 1824, agora com livre comércio e sem o antigo intermediário colonial, mas mantendo a mão de obra dos escravizados, ao contrário do que propugnavam os militantes do liberalismo radical. Assim, nas palavras de Nelson Werneck Sodré⁴, o país manteve no fundamental as características do antigo sistema colonial.

A característica mais salientada da formação social brasileira, que vinha de sua origem colonial, era sua economia destinada, sobretudo, ao abastecimento do mercado internacional com produtos primários típicos das lavouras tropicais. Conforme Caio Prado Júnior, “é com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a consideração que não fosse daquele comércio, que se organiza a sociedade e a economia brasileira”⁵.

Com efeito, após o processo de independência política se mantiveram os elementos estruturantes das relações sociais. Nesse processo, como apontou Leônicio Basbaum, a história posterior teria desdobramentos a partir dessa infraestrutura dominada por latifúndio, trabalho escravizado e produção para a exportação, razões centenárias de nossa dependência, como também do racismo estrutural e de outros flagelos⁶.

Essas continuidades, por sua vez, se entrecruzam com as rupturas oriundas da conquista da independência nacional, consolidando a consciência sobre o povo e

2 KONRAD, Diorge; RAMOS, Glaucia Vieira. A História x a ‘estória’ do Brasil. **História – Fórum de Debates Projeto Terceiro Mundo**, Santa Maria, n. 2, p. 20-21, set. 1988.

3 NOVAIS, Fernando. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

4 SODRÉ, Nelson Werneck. **As razões da Independência**. 4. ed. São Paulo: Difel, 1986. p. 251.

5 PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1962. p. 23.

6 BASBAUM, Leônicio. **História sincera da República: das origens a 1989**. 5. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1986. p. 97.

a nação que estávamos a construir. A historiografia e a literatura de áreas afins vêm cada vez mais destacando, sem abrir mão dos elementos de continuidade legados pela monarquia e pela escravidão, as transformações oriundas da Independência⁷.

Contraditoriamente, para iniciarmos a nova vida política autônoma, transferimos nossa dependência econômica para a Inglaterra, iniciando o período independente com vultosa dívida externa. Assim, o país que nasce livre no início da terceira década do século XIX traz consigo, como herança colonial, o modo de produção escravista e a dependência externa. Sem falsos debates e contraposições mecânicas, tanto as chamadas visões macroestruturais, de recorte econômico-social, como os estudos políticos e culturais, vêm contribuindo para alargar as interpretações sobre a Independência do Brasil, expressas nos estudos que compõem o dossiê desta edição de *Princípios*.

O projeto generoso da emancipação e da autonomia nacional, voltado ao bem viver do povo brasileiro, tem sido sucessivamente buscado, sufocado e reconstruído ao longo da história do Brasil. Nossa dependência estrutural e o subdesenvolvimento relativo, que são entraves ao projeto nacional, têm sua origem em nossa formação econômico-social. Esta estruturou a formação das classes sociais e as relações entre elas, cindindo o tecido social brasileiro entre aquelas frações objetivamente interessadas na soberania e na independência nacional e aquelas que se reproduzem como agentes e sócias menores da espoliação externa. Tal dicotomia determinou a distribuição e ocupação do território e do poder político em nosso país.

Nestas primeiras décadas do século XXI somos objetivamente chamados a dar continuidade a essa luta, rompendo as correntes da dependência e do subdesenvolvimento que ainda agrilhoam o país. Este bicentenário da Independência é oportunidade de ouro para refletirmos sobre os desafios presentes da nação brasileira, à luz de um entendimento do passado que possa iluminar a luta por um futuro melhor para todo o povo. *Princípios espera modestamente, com mais esta edição de sua nova fase, contribuir para esse esforço emancipador.*

Artigos sobre outras temáticas, não necessariamente afeitas ao tema do dossiê, compõem esta edição. São textos sobre a política de preços dos combustíveis e a soberania nacional; o direito de greve e sua tradução na ideologia jurídica; o papel do chamado agronegócio para a economia do país; as visões da esquerda brasileira — e, em particular do Partido dos Trabalhadores (PT) — sobre a construção do socialismo chinês.

A seção de resenhas traz uma análise da obra, recém-publicada, que transcreve o curso ministrado pelo filósofo político italiano Norberto Bobbio na Universidade de Torino durante o ano acadêmico de 1978-1979. Publicamos ainda, na seção Diálogos & Debates, a segunda parte da discussão entre o economista alemão André Gunder Frank e o politólogo argentino Rodolfo Puiggrós sobre o tema dos modos de produção na América Latina — que, aliás, contribui sobremaneira para o entendimento do tema central desta edição.

Boa leitura!

A Comissão Editorial

⁷ JANCSÓ, István. *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2005.